

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	<b>9</b>
<b>Apresentação</b> .....	<b>15</b>

## Capítulo I

### **História Política brasileira, a formação da opinião pública e as disputas de memórias sobre o 31 de março de 1964**

Ana Lúcia da Silva e Angelo Priori .....	25
--	----

## Capítulo II

### **História Pública e Ditadura Militar: impactos da relação entre as mídias e a disputa pela memória no Brasil**

Márcio José Pereira e David Antônio de Castro Netto.....	59
--	----

## Capítulo III

### **O legalismo autoritário da Ditadura Militar e a resistência democrática exercida pelos advogados de defesa dos presos políticos**

Leandro Brunelo e Angelo Priori.....	83
--------------------------------------	----

## Capítulo IV

### **‘Deixa os professores de História para lá’?: Ditadura Militar e ensino de História na Inteligência Artificial**

Márcia Elisa Teté Ramos.....	99
------------------------------	----

## Capítulo V

### **O Golpe Civil-Militar de 1964, uma abordagem por meio da metodologia ‘Narrativas Históricas de Aprendizagem’**

Arnaldo Szlachta e Willian Júnior Bonete.....	119
---	-----

## Capítulo VI

<b>Indigenismo e povos indígenas na Ditadura Militar: o acervo da ASI/Funai</b>	
Éder da Silva Novak, Rafael Pelegrini Serafim e Valdenir Soares .....	145
<b>Sobre os Autores e as Autoras.....</b>	<b>163</b>

## Prefácio

A História é um carro alegre  
Cheio de um povo contente  
Que atropela indiferente  
Todo aquele que a negue  
É um trem riscando trilhos  
Abrindo novos espaços  
Acenando muitos braços  
Balançando nossos filhos

(Canción [...], 1978).

Foi-me confiada a honra de prefaciar esta coletânea intitulada *Os 60 anos do golpe de Estado de 1964 e a Ditadura Militar: pesquisa e ensino*, que certamente interessará não apenas aos(as) especialistas na temática da Ditadura Militar no Brasil, mas também aos(as) docentes, aos(as) estudantes e ao público em geral que se dedicam à compreensão desse período histórico. Considerando a relevância das discussões aqui apresentadas, ousamos afirmar que, ao final da leitura, ficarão evidentes a complexidade das disputas de memórias no Brasil assim como a urgência e a relevância de se debruçar sobre esse tema nos dias de hoje.

Afinal, o livro reúne capítulos que oferecem análises multifacetadas sobre o golpe de Estado de 1964 e a Ditadura Militar no Brasil, apresentando perspectivas que conectam a História Política a diversas áreas do conhecimento como a História Pública, o Ensino de História e a História Indígena. As pesquisas nele incluídas variam desde a análise das mídias até os impactos da ditadura sobre os povos indígenas, além de o livro examinar as práticas autoritárias que resultaram na violação dos Direitos Humanos. Este conjunto de estudos explora disputas de memórias, a formação da opinião pública, os currículos de História em contraposição ao uso de Inteligência Artificial, a experiência na formação docente, os desafios enfrentados por diferentes setores da sociedade e as formas de resistência que emergiram ao longo da Ditadura Militar.

A relevância dessa coletânea também consiste em demonstrar que o golpe de 1964 e a Ditadura Militar não permanecem confinados a um tempo distante; ao contrário, seus ecos podem ser sentidos nas tensões políticas, nas disputas de poder e nas memórias que ainda mobilizam debates na sociedade brasileira atual. Ao revisitarmos o golpe civil-militar de 1964, notamos tanto o impacto de 21 anos de Ditadura Militar quanto como esse período apresenta reminiscências no cenário político de hoje, especialmente em meio à ascensão da extrema-direita, à difusão de discursos de ódio, negacionistas e antidemocráticos e à crescente desvalorização da educação e da ciência. Embora alguns sujeitos possam hesitar em lembrar memórias negativas da Ditadura Militar ou até acreditarem que o período foi ‘benéfico’ em razão do denominado ‘milagre econômico’, é fundamental reconhecermos que os malefícios do Estado autoritário afetaram a sociedade como um todo. Por trás do crescimento econômico seletivo, havia miséria extrema, desigualdades sociais, raciais e de gênero, e a repressão violenta a qualquer forma de dissidência. A censura política foi uma ferramenta central, e os currículos escolares, supostamente ‘neutros’, refletiam uma ideologia autoritária que impedia o acesso a diversas expressões culturais e conhecimentos científicos, limitando o desenvolvimento de uma Educação crítica e democrática. A ausência de liberdade de expressão e o cerceamento do pensamento plural não apenas afetaram os opositores políticos, mas também todos que frequentaram escolas e viveram no cotidiano da época, que foram privados dos direitos sociais e civis, assim como foram privados – com exceção daqueles que subverteram –, de uma compreensão mais ampla do mundo ao seu redor e da diversidade de vozes que deveriam ser ouvidas.

Mais do que uma violação pontual de direitos, a Ditadura Militar representou a construção de um Estado autoritário que, sistematicamente, violava os Direitos Humanos, criando ‘inimigos’ internos, escolhidos conforme os interesses do poder. Nesse sentido, ninguém estava a salvo, pois nunca se sabia quem seria o próximo a ser rotulado como ‘inimigo’ da nação, apesar de, historicamente, esse ‘inimigo’ ter sido construído com base em marcadores sociais de raça, gênero, classe e sexualidade. O Estado brasileiro, durante e após a Ditadura, endossa violências estruturais que atingem, sobretudo, indígenas, negros, pobres, favelados, periféricos, mulheres, a comunidade LGBTQIA+, entre outros

grupos sociais subalternizados. O racismo, o machismo, o classismo, a violência policial e racial de agentes de segurança do Estado, ou seja, a necropolítica – política da morte –, entre outras opressões são forças contínuas que legitimam as ações violentas do Estado, perpetuando exclusão e mortes nas periferias, por meio de operações policiais letais que, ainda hoje, ceifam vidas principalmente de jovens pobres e negros. Além disso, o machismo é evidente em instituições como o Congresso Nacional, onde as mulheres e as pautas femininas seguem marginalizadas.

Essas violências não são apenas resquícios de um passado ditatorial, mas encontram ressonância nas práticas antidemocráticas atuais, o que torna urgente e necessário não apenas (re)visitar a Ditadura, mas compreendê-la como parte de uma lógica histórica que ainda se reproduz. A reflexão sobre o autoritarismo e seus impactos é crucial para a construção de uma sociedade mais justa, que valorize a diversidade e respeite os Direitos Humanos de forma plena e inegociável.

O impacto da Ditadura Militar não pode ser subestimado. As consequências desse governo autoritário se estenderam além dos anos de sua existência, interferindo profundamente na política, na cultura e na sociedade brasileira. A forma como o golpe de Estado de 1964 e a Ditadura são lembrados e discutidos hoje é consequência das divisões e das tensões presentes na sociedade brasileira contemporânea. As tentativas de reescrever a História e/ou de minimizar os abusos cometidos durante o governo autoritário evidenciam a necessidade contínua de investir na operação historiográfica e na divulgação do conhecimento sobre o passado.

Desse modo, a pesquisa historiográfica e o ensino desempenham papéis cruciais na formação de uma compreensão crítica e nuançada desse período. A partir da pesquisa e divulgação científica, podemos confrontar as narrativas revisionistas e garantir que as memórias das vítimas não sejam esquecidas. O papel das historiadoras e dos historiadores, na pesquisa e no ensino, é fundamental para promover um debate público sério e de fundamentação científica para garantir que a aprendizagem histórica ocorra de maneira a dar sentido, promover a cidadania e a construção de identidades por meio da compreensão de si no mundo, de si mesmo e do mundo.

Por isso, ao trazermos como epígrafe os versos de Pablo Milanés e Chico Buarque, destacamos que a História é um ‘carro alegre’, cheio de movimento, esperança e luta, que avança implacável, atropelando aqueles que ousam negá-la ou silenciá-la. Essa metáfora nos lembra que a História, na pesquisa e no ensino, não é estática nem passiva, é um processo vivo, forjado pela ação dos movimentos sociais e pelas disputas de memórias. A coletânea que agora chega às suas mãos segue essa mesma trilha, revisitando os 60 anos do golpe de Estado de 1964 e as marcas que ele deixou na sociedade brasileira.

Tal qual o trem que risca os trilhos, ‘abrindo novos espaços’ e convocando ‘muitos braços’, os capítulos deste livro ampliam o campo de análise, trazendo múltiplas vozes e perspectivas que desafiam as narrativas hegemônicas e empurram os limites do que se entende por memórias, historiografia e ensino da História. As lutas e resistências, tão presentes na canção, ecoam aqui na forma de análises críticas que, longe de celebrarem consensos fáceis, nos convidam a questionar as feridas abertas e a complexidade de nosso passado recente.

Luciana de Fátima Marinho Evangelista

## Referência

CANCIÓN por la unidad de Latino América. Intérprete: Chico Buarque e Milton Nascimento. Compositor: Pablo Milanés. *In*: CLUBE da Esquina 2. 1978.